

ÉTICA: A TÁTICA DA VIDA

As virtudes como princípios éticos úteis para a Liderança Militar a partir do pensamento aristotélico, na obra *Ética a Nicômaco*

LEANDRO APARECIDO **ROSSETTO ALVES**¹
Segundo-Tenente (RM2-T)

SUMÁRIO

Introdução: em que mundo estamos?
Liderança
Ética
Ética militar
Conclusões

INTRODUÇÃO: EM QUE MUNDO ESTAMOS?

A marca do mundo atual é a globalização. Tudo está interligado. Distâncias são encurtadas. A facilidade ao acesso de informações e produtos nunca foi tão grande, assim como é intenso o ritmo das transformações das ações, do pensamento humano

e do conhecimento científico. Paradigmas e referências são constantemente superados.

Dessa forma, os valores morais e sociais tomados até então como tradicionais entram em crise diante de tamanha pluralidade entre as culturas. Perante essa realidade, a reflexão ética não pode se dar apenas no âmbito acadêmico das universidades. Ela se faz imprescindível a todos nós.

¹ Filósofo com Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino/PUC-Minas. Pós-graduando em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro. Autor de textos sobre ética e moral com aplicação na liderança civil e militar. É instrutor da disciplina de Filosofia no Colégio Naval e encarregado do Espaço Cultural e da Divisão de Serviços e Apoio ao Ensino do Colégio Naval.

Toda instituição, seja ela a familiar, a escolar, a religiosa e até mesmo a militar, necessita e possui uma ética. Cabe então, a cada uma delas, abordar essa questão diante dos desafios que a realidade atual apresenta para uma constatação daquilo que, de fato, interfere em suas estruturas organizacionais.

LIDERANÇA

Em todos os grupos sociais, desde a Antiguidade até os dias hodiernos, a liderança sempre se fez presente. Líderes sempre influenciaram a construção da história da humanidade. Faraós, profetas, sacerdotes, imperadores, reis, ministros, ditadores, presidentes e cidadãos ilustres de cada época são exemplos de personagens históricos que exerceram um papel de liderança.

Etimologicamente, liderar provém do latim *ducere*, que na língua portuguesa quer dizer conduzir. Há uma outra raiz que se origina do inglês *to lead*, que pode traduzir-se também como comandar, encaminhar ou encabeçar. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o termo *líder* é definido como atributo dado a uma pessoa tomada como guia perante outras, ou alguém que contém a capacidade de atrair seguidores (MUELLER e MAYER, 2009, p. 456).

Para Outhwaite e Bottomore, liderar é “a qualidade que permite a uma pessoa comandar outras”, em um relacionamento regulado pela aceitação e não pela coação. Sendo que, entre a emissão da ordem e o seu cumprimento, é necessário compreender os seus fatores de legitimação e exigência de poder.

Segundo Gibb, liderar provém de uma influência mútua entre a individualidade de cada ser e a conjuntura social em que ele está inserido. Assim, a liderança se dá por meio de um processo de contínuo

diálogo entre líder, liderado e as situações do meio social em que ambos se encontram (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 426).

Também não podemos deixar de destacar que cada tipo de liderança, seja ela política, religiosa, familiar ou social, possui suas características específicas. Agora, mesmo já tendo uma resposta prévia, esta ainda se torna insuficiente para as ambições do atual trabalho. Primeiro porque se trata de definições muito amplas. Segundo porque é limitada perante o campo conceitual militar.

Em outras palavras, essas definições, ainda que presentes dentro da perspectiva militar, não abrangem outros pontos específicos que só estão presentes nela. Cabe-nos, então, esclarecer as características e as implicações da conceituação militar acerca da liderança, a fim de abrir caminho para a sua relação com a ética e, particularmente, com a ética militar.

A Marinha do Brasil, em sua Doutrina de Liderança, presente no documento do Estado-Maior da Armada 137 (EMA-137), define liderança como “o processo que consiste em influenciar pessoas no sentido de que ajam, voluntariamente, em prol dos objetivos da Instituição” (EMA-137, p. 2, 2004).

Adiante, o documento passa a apresentar o papel do líder perante os liderados:

“Valores como a honra, a dignidade, a honestidade, a lealdade e o amor à Pátria, assim como todos os outros considerados vitais pela Marinha, devem ser praticados e transmitidos permanentemente pelo líder aos seus liderados. A tarefa de doutrinação visa a transmitir a sua correta hierarquização, priorizando-os em relação aos valores materiais, como o dinheiro, o poder e a satisfação pessoal. Este é

o maior desafio a ser enfrentado por aquele que pretende exercer a liderança de um grupo” (EMA 137, p. 3, 2004).

ÉTICA

Chegado a este ponto, encontramos um dos principais elementos que tomaremos para a constituição do elo entre liderança e ética militar: os valores. Os valores fazem parte do sistema de significados no qual somos introduzidos desde o nosso nascimento, e cuja finalidade é o ensinamento de como nos comportarmos nos relacionamentos sociais e de quais direitos e deveres temos. Eles são constituintes da consciência ética, que baliza nossa conduta e nossos atos. Assim, adentramos de vez no tema da ética, que pode ser concebida como:

“Em geral, ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1ª – a que a considera como ciência do *fim* para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos *meios* para atingir tal *fim*, deduzindo tanto o fim quanto os meios da *natureza* do homem; 2ª – a que a considera como a ciência do *móvel* da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta” (ABBAGNANO, 2007, p. 442).

O termo ética vem do grego *ethos*, que significa costumes. No latim, *mos* ou *mores* também significam costumes. Todavia, para Nogueira, a ética é tomada como a “reflexão metódica sobre os costumes”, enquanto a moral é “o conjunto de regras adquiridas por hábito”. Podemos, ainda, conceber a ética “como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade possa se tornar cada vez mais humana” (NOGUEIRA, 2006, p. 69-70).

Segundo Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, a ética almeja o alcance da felicidade. E tal finalidade é possível por meio do desenvolvimento das virtudes na prática de nossas ações com os demais. Dessa forma, a felicidade pode ser considerada, ainda, como “uma atividade da alma conforme a virtude perfeita” (ARISTÓTELES, 2008, p.36).

Por isso, destacamos a importância da virtude dentro da ética aristotélica, já que, segundo o estagirita, compreendendo a natureza da virtude humana podemos compreender a natureza da felicidade humana, que, por vez, necessita de bens interiores: virtude e nobreza; e bens exteriores (a prática das ações nobres). Em suma, o que constitui a felicidade são as atividades virtuosas (ARISTÓTELES, 2008, p. 30).

No Livro II da mesma obra, Aristóteles apresenta duas espécies de virtude: a virtude intelectual, que corresponde à sabedoria filosófica e que deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e requer, assim, experiência e tempo; e a virtude moral, adquirida como resultado do hábito, no aprendizado do uso da liberdade e da temperança.

Ainda segundo Aristóteles, a virtude é um meio-termo para o agir bem, de maneira nobre e louvável, de acordo com a regra justa. Portanto, se para Aristóteles a ética almeja o alcance da felicidade, e a felicidade se dá por meio da prática de ações virtuosas, chegamos, então, à conclusão de que a ética fala sobre o caráter do homem e as suas virtudes:

“Já esboçamos uma definição das virtudes em geral, mostrando que elas são meios e que também são disposições de caráter que, além disso, tendem por sua própria natureza à realização dos atos pelos quais elas são produzidas” (ARISTÓTELES, 2008, p. 68).

Todavia, o debate acerca das virtudes não se esgota nessas definições. No Livro III, Aristóteles passa a elencar e definir aquilo que ele chama de variedade de virtudes, apontando para a classe de coisas com as quais elas se relacionam. A primeira virtude é a coragem. O homem corajoso sente e age conforme os méritos das circunstâncias, mesmo naquelas em que haja o perigo de morte, pois ele é destemido em face de uma morte honrosa.

Assim, a coragem é nobre porque seu fim também é nobre. Ela é o meio-termo entre a confiança e o temor. Para Aristóteles, o exemplo de coragem é o cidadão soldado. Quanto mais virtuoso e feliz for, tanto mais sofrerá ao enfrentar a morte, pois sabe do grande valor que a vida tem e, mesmo assim, não se deixa levar pelo medo e a ela renuncia em prol da defesa da cidade (ARISTÓTELES, 2008, p. 68-75).

A segunda virtude é a temperança, própria do homem que possui o domínio dos apetites, que devem ser poucos e moderados, e que não se opõe ao princípio racional da obediência e da disciplina. O homem temperante deseja as coisas que deve desejar, da maneira e na ocasião certas (ARISTÓTELES, 2008, p. 76-80).

A terceira virtude é a liberalidade, a capacidade de dar às pessoas certas o que obter das fontes certas e não das erradas e de fazer o bem tendo em vista o que é nobre. Quem assim é age com prazer e sem sofrimento, pois aquilo que é conforme essa virtude é agradável e isento de sofrimento.

Esse tipo de pessoa não se apega exageradamente aos seus bens, mas não os distribui às pessoas erradas, e nem no momento em que não deve. Gasta ainda de acordo com suas posses, com quantias certas e com objetos certos. É o meio termo entre o dar e o obter, fazendo-os sempre da maneira devida (ARISTÓTELES, 2008, p. 81-85).

A quarta virtude é a magnificência. O homem magnificente julga com acerto, não se expõe a perigos por motivos triviais e percebe o que é apropriado. Também é a pessoa digna de grandes coisas e que está à altura delas, o meio termo no que se refere à justeza entre a honra e a desonra.

A magnificência é o coroamento de todas as virtudes, pois as torna maiores e não existe sem elas. Para Aristóteles, é difícil ser magnânimo, pois, sem um caráter bom e nobre, essa virtude se torna impossível. Ela é própria do homem que diz a verdade, que não guarda rancor das ofensas e que não é dado a conversas fúteis. Por fim, a magnanimidade relaciona-se com a honra em grande escala (ARISTÓTELES, 2008, p. 86-94).

A quinta virtude é a calma, meio termo em relação à cólera. As pessoas que a têm não são vingativas e analisam bem antes de apontar os erros alheios. É própria daqueles que, na convivência social, não magoam os outros com palavras e atos. O homem que se situa nesse meio-termo proporciona prazer às pessoas com as quais convive, pois procura ser agradável sem nenhum objetivo ulterior (ARISTÓTELES, 2008, p. 95-98).

A sexta virtude é a verdade, própria da pessoa de bem, que, por amor a esta virtude, é capaz de julgar com justiça. Quem a tem possui bom gosto e é espirituoso, de bom caráter, fino e bem-educado. Considera o lazer e o entretenimento como elementos necessários à vida. A verdade é como uma espécie de lei para si próprio (ARISTÓTELES, 2008, p. 98-102).

No Livro VIII, Aristóteles apresenta mais um tipo de virtude: a amizade, sendo ela também uma disposição de caráter. A verdadeira amizade existe entre os homens bons. Depende mais de amar do que ser amado. Todavia, amar na medida justa, que se manifesta na comunidade e entre marido e mulher, irmãos, pais e filhos. Enfim,

toda forma de amizade verdadeira envolve associação, gera esperança, é invulnerável à calúnia e se equipara a uma autêntica forma de justiça (ARISTÓTELES, 2008, p. 172-179).

“A amizade ajuda os jovens a evitar o erro; ajuda os mais velhos, amparando-os em suas necessidades e suprimindo as atividades que declinam com o passar dos anos; e aos que estão no vigor da idade ela estimula a prática de nobres ações, pois com amigos – ‘dois que andam juntos’ – as pessoas são mais capazes de agir e de pensar” (ARISTÓTELES, 2008, p. 172).

ÉTICA MILITAR

Tendo, então, visto as concepções de virtudes no pensamento ético aristotélico, passamos a relacioná-las com a ética militar, para assim identificarmos pontos de convergência entre ambas no que tange ao papel da liderança militar. O primeiro documento a ser citado e em que aparece a temática da ética dentro do aspecto militar é o Estatuto dos Militares, mais especificamente na Seção II, Título II, Capítulo I, Artigo 28, sob a denominação *Da Ética Militar*. Dele destacamos os seguintes preceitos:

“I – amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;
 II – exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;
 III – respeitar a dignidade da pessoa humana;
 V – ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;
 VIII – praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;

IX – ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

XII – cumprir seus deveres de cidadão;

XIII – proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

XIV – observar as normas da boa educação” (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1998, p. 12-13).

Outro documento já citado anteriormente e em que se menciona a ética militar é a Doutrina de Liderança da Marinha, mais conhecido como EMA-137. Em seu segundo capítulo, podemos encontrar uma definição mais exata, que delinea uma conceituação teórica capaz de estabelecer elo entre ética e liderança e que se concretiza em seu terceiro capítulo.

Ressaltamos, assim, a preocupação, o esforço e o zelo da Marinha do Brasil em esclarecer e transmitir a seus militares a importância tanto da existência quanto da prática de uma ética no agir profissional cotidiano em seus cargos e funções. Vejamos, então, a definição de ética militar naval dada pelo EMA-137:

“O conjunto dos princípios, valores, costumes, tradições, normas estatutárias e regulamentos que regem o juízo de conduta do militar da Marinha é entendido como Ética Militar Naval. Ela é um atributo que induz ao atendimento das regras de conduta compatíveis com o comportamento militar naval desejado, e dela fazem parte, entre outros, o valor e a ética militar” (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 2004, Cap. 2, p. 2.1-2.2).

Portanto, o conceito de ética e ética militar convergem quando ambas afirmam ser um conjunto de regras, valores e costumes que balizam a ação dos indivíduos. Fica ainda notória a especificidade da ética

militar, já que esta, além de resguardar a tradição naval e o comportamento militar naval, se direciona, em uma primeira instância, ao exercício da liderança naval.

Diante desse dado, urge uma questão: quem assume uma liderança naval? Ao afirmar que “os preceitos da Ética Militar Naval constituem um poderoso instrumento para o exercício da liderança naval”, o EMA-137 pressupõe o conhecimento de que todos os militares, sejam eles oficiais ou praças, assumirão indubitavelmente um papel de liderança.

Assim, todos os militares necessitam ser preparados para a liderança, que, por sua vez, deve ser exemplar. O líder se configura como o referencial de ação e pensamento. Ele é o testemunho de coerência e consciência moral tanto em suas ordens quanto em suas decisões. É aquele que concentra um conjunto de virtudes concernentes ao seu ofício. Eis as principais características a serem cultivadas em um líder segundo o EMA-137:

“Entre os atributos a serem desenvolvidos, destacam-se a iniciativa, o autodomínio, a disciplina, a justiça, a lealdade, a cooperação, a imparcialidade, a autoconfiança, a coragem física e moral, a capacidade de decisão, o entusiasmo profissional, a estabilidade emocional, a dedicação, a tenacidade, a responsabilidade e a criatividade” (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 2004, Cap. 3, p. 1).

O Anexo A do mesmo documento elenca mais uma série de atributos necessários a um líder. Estes corroboram a tese de que liderança e ética são dois elementos indissociáveis e indispensáveis para todo militar ao longo de sua carreira. Eles jamais podem deixar de ser abordados tanto no período de formação quanto em especializações e

aperfeiçoamentos. Ressaltamos os seguintes atributos:

“a) bondade – demonstração de preocupação com o bem-estar pessoal e profissional dos liderados;

c) autoconfiança – capacidade de demonstrar segurança e convicção de ser bem-sucedido diante de dificuldades [...];

e) caráter – soma total dos traços de personalidade que dão consistência ao comportamento e têm por base a ética, a integridade, a honestidade, o respeito e a confiança, sendo fator preponderante nas decisões e no modo de agir de qualquer pessoa;

j) confiança – é a capacidade de inspirar a crença de ser apto a executar com êxito a missão que lhe foi atribuída [...];

m) coragem – a coragem apresenta-se sob duas formas: coragem física (superação do medo ao dano físico no cumprimento do dever) e coragem moral (disposição para defender crenças e desafiar os outros com base em valores e princípios morais, admitir erros e mudar o próprio comportamento quando preciso, mesmo que esse ato contrarie os próprios interesses);

s) espírito de cooperação – capacidade de auxiliar eficiente e desinteressadamente [...];

t) exemplo – o exemplo aos subordinados se materializa pelo comportamento do líder, pleno de valores inerentes à ética militar, aceitos e respeitados pelo grupo. Este comportamento deve ser firme, permanente e coerente;

x) imparcialidade (senso de justiça) – capacidade de julgar baseando-se em dados objetivos sem se envolver, de acordo com o mérito e o desempenho de cada um, sem se deixar influenciar pelas características pessoais e rela-

cionamentos” (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 2004, ANEXO A, p. 1-3).

No Anexo B, encontramos dois itens tomados como atributos que uma liderança direta assume: a responsabilidade legal e a responsabilidade moral. Ambas postulam ao líder a dignidade e a autoridade moral. Elas sintetizam a tríplice relação entre liderança, ética e ética militar. Possibilitam-nos ainda o início de uma reflexão e de um debate direto acerca dos desafios presentes e futuros tanto para a ética civil quanto para a ética militar:

“Entende-se por responsabilidade a obrigação de responder por certos atos, próprios ou de outrem. É inquestionável que sem responsabilidade não há liderança. Distinguem-se, nitidamente, dois tipos de responsabilidade: a responsabilidade legal e a moral.

A responsabilidade legal é a estabelecida por lei ou regulamento, fruto da função exercida pelo militar. A responsabilidade moral, por sua vez, vai mais longe, não tem limites fixados. Está na

consciência de cada um, no senso de moralidade, na sua assimilação dos padrões de moral da sociedade, em determinada época e cultura.

A responsabilidade moral significa um indivíduo senhor de suas ações, respondendo por elas perante a própria consciência e de acordo com o padrão de moralidade existente, mesmo sem estar obrigado a prestar contas por força de lei ou regulamento” (ESTADO-MAIOR DA ARMADA, 2004, ANEXO B, p. 4).

Vale lembrar que o intuito não é nos atentarmos à abordagem detalhada dos dois tipos de responsabilidade segundo o EMA-137. A apresentação dos mesmos se dá com a finalidade de esclarecer e comprovar que, mesmo tendo muitos pontos específicos e distintos, a ética em geral e a ética militar estão em um diálogo mútuo. A sincronização de ambas forma ainda, um poderoso instrumento para a liderança militar.

Eis uma comparação entre os aspectos da ética aristotélica e a ética militar dentro do âmbito da liderança militar:

VIRTUDES DA ÉTICA ARISTOTÉLICA	ATRIBUTOS DA ÉTICA MILITAR
Coragem	Estatuto dos Militares, art. 28, § II EMA 137, Anexo A, atributo C, D, M, R, Y
Temperança	Estatuto dos Militares, art. 28, § IV, XI, XII, XIII, XIV, XVI, XVII, XIX EMA 137, Anexo A, atributo H, I, N, P
Liberalidade	Estatuto dos Militares, art. 28, § VII, XV, XVII EMA 137, Anexo A, atributo O, X
Magnificência	Estatuto dos Militares, art. 28, § V, IX, X, XVIII, XIX EMA 137, Anexo A, atributo B, E, J, Q, T, W
Calma	Estatuto dos Militares, art. 28, § III, VI, IX EMA 137, Anexo A, atributo A, I
Verdade	Estatuto dos Militares, art. 28, § I EMA 137, Anexo A, atributo F, L
Amizade	Estatuto dos Militares, art. 28, § VIII EMA 137, Anexo A, atributo K, S, Z

Muito mais poderia ser discutido. No entanto, cabe-nos apresentar e, ao mesmo tempo, fomentar a continuidade da discussão acerca do presente tema. Diante da complexidade do assunto e da necessidade de um constante debate, fica para nós o desafio de jamais tomá-lo como encerrado, determinado ou sem valia para nosso existir enquanto seres humanos e militares.

CONCLUSÕES

Vimos, então, que toda ação implica a existência de normas e leis, preceitos e costumes que, ao mesmo tempo, a balizam e a ela atribuem uma responsabilidade moral. A cada momento de nossa existência a ética está presente, subjacente ao nosso ser. No entanto, diante de uma realidade cada vez mais relativista e materialista, ela parece estar esquecida e vista até como empecilho para a satisfação das vontades egocêntricas do homem contemporâneo.

A negação de valores e virtudes acarreta o total vazio de significado e sentido para a vida de muitos. O cultivo dos costumes e das tradições encontra seu desafio maior na rapidez com que os paradigmas são quebrados. As culturas se deparam com uma falta de identidade jamais vista. Enfim, o homem diante da grande batalha – que é a sua própria existência – sente-se rendido

sem nenhuma tática para encarar tais condicionantes adversos.

Assim, a ética, como bem afirmamos já no início deste artigo, se faz necessária.

Toda ação implica a existência de normas e leis, preceitos e costumes que, ao mesmo tempo, a balizam e a ela atribuem uma responsabilidade moral. A cada momento de nossa existência a ética está presente, subjacente ao nosso ser

Precisamos reabrir o seu debate nos mais diversos âmbitos e camadas sociais. Todas as instituições devem assumir como compromisso interno a reflexão acerca de seus valores e normas. Seus membros não podem ficar aquém daquilo que os levam à excelência humana, tanto no seu serviço quanto em seu próprio existir.

Todavia, o debate e a reflexão visam a uma conscientização e uma melhoria do agir dos indivíduos em seus respectivos papéis sociais – o alcance da felicidade, segundo Aristóteles. A promoção da dignidade da vida humana, o bem e a felicidade são itens que toda ética, essencialmente, deve almejar e assegurar em suas estruturas.

Nota-se, assim, a eficiência da Marinha do Brasil em já possuir em seus documentos uma discussão acerca da ética que lhe caracteriza – a ética militar naval. Ao estabelecer conceitos e fundamen-

tos, ela proporciona naturalmente a abertura para um diálogo tanto interno quanto externo, facilitando, dessa forma, a agregação de novos conteúdos e o fornecimento de parâmetros úteis também para a sociedade.

Na Marinha a preservação de sua cultura, sua tradição, seus valores e normas destaca-a como instituição exemplar no serviço que lhe compete: a defesa da Pátria

A preservação de sua cultura, sua tradição, seus valores e normas destaca-a como instituição exemplar no serviço que lhe compete: a defesa da Pátria. A eficácia nas operações que lhe são confiadas e o prestígio perante a sociedade brasileira sinalizam o apuro e a coerência do agir ético de seus militares.

Estabelecendo uma relação entre a ética aristotélica e a ética militar naval, pudemos constatar que ambas possuem muitos traços em comum. Assim, concluímos que é possível um diálogo entre as duas éticas. Ambas podem

contribuir mutuamente para uma melhoria das ações e das condições humanas na convivência e nas tarefas profissionais cotidianas.

Sem dúvida, a continuidade da discussão favorece, ao mesmo tempo, o resgate da importância do cultivo de valores e tradições institucionais e o surgimento de uma nova postura do ser humano diante um mundo tão marcado pela perda dos referenciais de valores. Tudo isso faz da ética, verdadeiramente, a tática da vida do homem em sociedade.

Ética: a tática da vida do homem em sociedade

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<VALORES>; Ética; Disciplina; Liderança

REFERÊNCIAS

- ABBAGANANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (coleção “A obra-prima de cada autor”), 2008.
- ESTADO-MAIOR DA ARMADA. EMA – 137 – Doutrina de Liderança da Marinha. 1ª Ed. Brasília, 2004.
- HOUAISS, Antônio; SALLES VILLAR, Mauro; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MUELLER, Adriana; MAYER, Léia. *Liderança: novos conceitos diante de uma nova realidade*. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/6semead/RH.htm>>. Acesso em 6 Jun. 2012, 19:32:45.
- NOGUEIRA, Edmilson. “Refletindo sobre Ética”. In _____: *Pensar o humano hoje*. 1ª Ed. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2006.
- OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom (Orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. *Vade-Mécum Naval – Estatuto dos Militares*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 1998.